



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA- POLO DUAS ESTRADAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

ISA FRANCIELE MENDES DA SILVA

**LETRAMENTO E INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO: UMA ANÁLISE DO
PROGRAMA “CONTA PRA MIM”**

**JOÃO PESSOA
2020**

ISA FRANCIELE MENDES DA SILVA

**LETRAMENTO E INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO: UMA ANÁLISE DO
PROGRAMA “CONTA PRA MIM”**

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa, Polo Duas Estradas, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos, sob a orientação da Profa. Dra. Monique Alves Vitorino.

**JOÃO PESSOA
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

S5861

Silva, Isa Franciele Mendes da.

Letramento e inclusão do sujeito surdo : uma análise do programa “Conta pra mim” / Isa Franciele Mendes da Silva. – 2020.

23 f. : il.

Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Diretoria de Educação a Distância.

Orientadora: Profª. Dra. Monique Alves Vitorino.

1. Letramento. 2. Literacia. 3. Alfabetização. 4. Programa Conta pra mim. 5. Surdos. I. Título.

CDU 811.134.3:376

ISA FRANCIELE MENDES DA SILVA

**LETRAMENTO E INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO: UMA ANÁLISE DO
PROGRAMA “CONTA PRA MIM”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
da Paraíba (IFPB), para obtenção do título
de Especialista em Ensino de Língua
Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

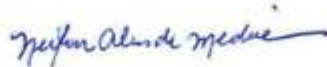
João Pessoa, 14 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Monique Alves Vitorino

Orientadora – IFPB



Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros,

Avaliador – IFPB



Prof.ª. Dra. Patricia Silva Rosas de Araújo

Avaliadora – UFCG

LETRAMENTO E INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “CONTA PRA MIM”

Autora: Isa Franciele Mendes da Silva¹

Orientadora: Monique Alves Vitorino²

RESUMO: Este trabalho tece considerações sobre como o letramento é enfocado pelo programa “Conta Pra Mim”, do MEC. Para tanto, a pesquisa objetiva investigar dentro do documento “Conta pra Mim: guia de literacia familiar” (BRASIL, 2019) o apagamento do conceito de letramento, observando como essa política de alfabetização se desenvolve desconsiderando tal conceito e seus estudos desenvolvidos no Brasil. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa exploratória, de caráter interpretativo e crítico para a análise do documento. Como aporte teórico, seguiram-se as contribuições de Soares (2020), Bunzen (2019), Zen (2018) e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017). Percebeu-se que o termo letramento foi apagado do documento por causa de uma questão política por parte de seus idealizadores, que preferiram utilizar um termo importado europeu, e não utilizar o termo adotado no Brasil “letramento”, excluindo pesquisas, estudos, produções científicas de anos, como também não havendo espaço para o surdo, pois o que se aborda é a interação oral entre pais e filhos com a literacia familiar, ou seja, a oralização.

Palavras-chave: Letramento. Literacia. Alfabetização. Programa Conta Pra Mim.

Abstract: This work discusses how literacy is approached by the program “Conta Pra Mim”, from MEC. To this end, the research aims to investigate with in the document “Conta pra Mim: familiar literacy guide” (BRASIL, 2019) the erasure of the concept of literacy, observing how this literacy policy develops with out considering this concept and its studies developed in Brazil. Therefore, the study presents na exploratory qualitative approach, with na interpretive and critical character for the analysis of the document. Theoretical contributions followed by the contributions of Soares (2020), Bunzen (2019), Zen (2018) and the National Common Curricular Base-BNCC (2017). It was noticed that the term literacy was deleted from the document because of a political issue on the part of its creators, Who preferred to use na imported European term, and not to use the term adopted in Brazil “letramento”, excluding research, studies, scientific productions years, as well as there being no room for the deaf, because what is addressed is the oral interaction between parents and children with family literacy, that is, oralization.

Key words: Literacy. Literacy. Literacy. Program Tells Me.

1 INTRODUÇÃO

O Conta pra Mim (BRASIL, 2019) é um programa que faz parte da nova Política Nacional de Alfabetização (PNA) que tem como objetivo a ampla promoção da

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPB. Graduada em Licenciatura em Letras Espanhol pela UFPB. Atualmente trabalha como Professora de Educação Infantil.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Literacia Familiar, ou seja, incentivar práticas de leitura, escrita e oralidade entre pais e filhos. De acordo com o documento, o foco do programa são as crianças mais desfavorecidas e com dificuldades na aprendizagem.

Para orientar as famílias e incentivá-las à participação, o Ministério da Educação - MEC disponibiliza num portal da internet (<http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>) um conjunto de materiais de orientação às famílias, os quais incluem o guia completo do programa e uma série de vídeos com dicas de como realizar uma leitura saudável e de qualidade entre pais e filhos. No caso, o MEC propõe tutorias para os pais, com orientações e dicas simples e diretas, sobre como colocar em prática estratégias de “literacia familiar”.

Além disso, o programa Conta Pra Mim (BRASIL, 2019) propõe maior engajamento dos pais e responsáveis no incentivo à leitura de bebês e crianças. De acordo com as informações do programa, não necessariamente quer dizer que os pais irão se tornar “professores de leitura”, porém irão conversar e responder às perguntas dos filhos, ajudá-los a preparar uma receita são algumas possibilidades.

A parceria entre escola e família deve haver, no entanto essa não pode ser “A” política de alfabetização, nem a solução para os problemas que o Brasil enfrenta em relação à alfabetização. Bunzen (2019), ao tratar dos sentidos e usos do termo “literacia familiar”, questiona a pertinência de discussões pontuais e concepções eurocêntricas para discutir infância e a família, e o afastamento das pesquisas e reflexões brasileiras sobre tais temáticas.

Partindo dessas considerações e repensando sobre o termo letramento em âmbito escolar, o presente estudo apresenta a seguinte problemática: Como o letramento é enfocado pelo governo através do programa “Conta pra mim”?

Mediante nosso eixo temático, a pesquisa tem como objetivo geral investigar dentro do documento *Conta pra mim: guia de literacia familiar* (BRASIL, 2019) o apagamento do conceito de letramento, observando como essa política de alfabetização se desenvolve desconsiderando tal conceito e seus estudos feitos no Brasil. De acordo com este propósito, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos: a) Entender o uso da nomenclatura “Literacia” – de onde é que ela parte e qual sua origem. b) Fazer um paralelo entre a noção de Letramento e de Literacia. c) Identificar como a inclusão do estudante surdo é feita pelo programa Conta pra Mim.

A proposta deste estudo justifica-se em virtude da identificação do apagamento do termo *letramento* nos documentos oficiais, como na nova Política Nacional de Alfabetização e, conseqüentemente, no Programa Conta Pra Mim, excluindo décadas de pesquisas sobre letramento no Brasil.

Sabe-se que, no Brasil, temos pesquisadores renomados nessa área de estudos de letramento, como Ângela Kleiman, Leda Verdiani Tfouni e Magda Soares, que é a maior influenciadora desse estudo, tanto é que, em 2020, lançou o livro *Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e escrever*, resultado de mais de 30 anos dedicados ao tema. Para Soares (2020, p.13) “Alfalettrar pode ser utilizado por todos os envolvidos na alfabetização e no letramento das crianças deste nosso país”. Portanto, o governo apagou o termo letramento intencionalmente, logo, esse apagamento afeta a qualidade do documento ofertado, como também da política pública que é criada com o intuito de tornar as ações mais eficientes, seguindo uma série de regras e conhecimentos técnicos, como, por exemplo, a promoção de práticas de leitura eficientes, que acabem em resultados relevantes para seu público alvo.

A metodologia deste trabalho apresenta-se como uma abordagem qualitativa exploratória, de caráter interpretativo e crítico. De acordo com Gil (2002, p.17), a pesquisa é entendida como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Logo, ela se desenvolve através da construção dos conhecimentos e utilização de métodos científicos. Tivemos como aporte teórico contribuições de Soares (2020), Bunzen (2019), Zen (2018) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017).

O presente estudo está dividido em cinco tópicos e dois subtópicos, nos quais investigamos a atual política de alfabetização. No primeiro tópico, pesquisamos sobre os estudos de alfabetização e letramento no Brasil. No segundo tópico, a BNCC sobre a perspectiva do letramento. O terceiro tópico investigamos a concepção de literacia no Programa Conta Pra Mim. Em seqüência, investigamos o que é literacia: onde surgiu?, e seus níveis. No quarto tópico abordamos literacia versus letramento. No quinto tópico a inclusão do aluno surdo no Programa Conta Pra Mim. Por fim, as considerações finais, tendo em vista dar resposta ao objetivo deste trabalho.

2 OS ESTUDOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO FEITOS NO BRASIL

Foi em meados do século XX que o acesso à escola pública se expandiu por meio do crescimento do número de instituições escolares, e o aumento de oportunidades de matrículas no ensino fundamental. “Desde então, a taxa de escolarização da população cresceu significativamente, em um processo contínuo que nos trouxe à atual universalização do ensino fundamental”. (SOARES, 2020, p.09).

Na década de 1980, as práticas de alfabetização baseadas em métodos sintético e analítico, que culminavam na retenção, na 1º série, de uma grande parcela da população que frequentava as redes públicas de ensino “passaram a ser amplamente criticadas à luz de teorias construtivistas e interacionistas de ensino (em geral) e da língua (em particular)” (BRASIL.2012, p.16). Pois, eram considerados métodos rápidos e antigos de alfabetização, que relacionavam o som, grafia e escrita. Isto é, primeiro aprendem-se as vogais, depois as sílabas, até chegar às palavras e às frases, para, daí por diante, construir-se textos. Considerando que a aprendizagem da língua escrita é condição necessária para a continuidade do processo de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino, compara-se a taxa de universalização de acesso à escola com os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) em 2016, mais da metade (54,7%) das crianças no 3º ano do ensino fundamental foram avaliadas como estando em “nível insuficiente”, quando já teriam pelo menos três anos de escolarização. (SOARES, 2020).

Não estamos considerando a participação na educação infantil, “fase inicial do processo de alfabetização, que deveriam já estar alfabetizados, capazes de ler e interpretar pequenos textos, habilidades avaliadas pela ANA”. (SOARES, 2020, p.09).

No entanto, de acordo com Soares (2020), esses dados são recentes vamos retrocedermos para o ano de 1982, em que mais da metade das crianças repetiam a 1º série, considerada então como o “ano da alfabetização”. Repetiam uma vez, duas vezes, três vezes até que fossem consideradas alfabetizadas, o que significava, em geral, apenas serem capazes de decodificar (ler) e codificar (escrever) palavras.

No campo da alfabetização, os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre Psicogênese da Língua Escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1984) vão

influenciar no desenvolvimento de novas práticas de alfabetização, demonstrando que a escrita alfabética não era um código, o qual se aprenderia a partir de atividades de repetição e memorização.

As autoras propuseram uma concepção de língua escrita como um sistema de notação que, no caso é alfabético. Perceberam, por meio de pesquisa, que no processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, os alunos precisariam entender como esse sistema funciona. Eles precisariam perceber que a escrita alfabética representada no papel são os sons das partes das palavras e que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba, “os fonemas”. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1984).

Para Ferreiro e Teberosky (1984), é interagindo com a escrita, contemplando seus usos e funções, que os aprendizes se apropriam da escrita alfabética, e não a partir da leitura de textos como os presentes em diferentes cartilhas de alfabetização. As cartilhas eram livros que ditavam exercícios, de acordo com determinada metodologia, para se ensinar a leitura e a escrita. De acordo com Barbosa (1994, p.54) “cartilhas são livros didáticos infantis destinados ao período da alfabetização, limitando-se seu uso à etapa em que a criança necessita dominar um mecanismo considerado de base na aprendizagem da leitura e escrita”.

Além disso, é vivenciando práticas diferenciadas de leitura e produção de textos, tanto na escola como fora dela, que os aprendizes poderão ter maior ou menor conhecimento sobre a linguagem que usamos ao escrever textos de diferentes gêneros e sobre os diferentes usos sociais.

Assim, com a transmissão dos trabalhos da Psicogênese da Escrita, surgiu um forte discurso contrário ao uso dos tradicionais métodos de alfabetização. Pregava-se a necessidade de possibilitar que as crianças se apropriassem do sistema de escrita alfabética, a partir da interação com diferentes textos escritos em atividades significativas de leitura e produção de textos, desde a Educação Infantil.

Esses avanços fortaleceram o discurso da importância de se considerar os usos e funções da escrita com base no desenvolvimento de atividades significativas de leitura e escrita na escola. É sob esta perspectiva que a palavra Letramento foi incorporada no Brasil.

Iniciando mais efetivamente na segunda metade da década de 1980, conforme Soares (2004), a tradução de *literacy* por letramento é atribuída a Mary Kato, na obra “*No mundo da escrita: uma perspectiva Psicolinguística*”, lançada pela Editora Ática. Depois de dois anos, a autora Leda Verdiani Tfouni, no livro “*Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*”, no capítulo introdutório, diferencia alfabetização de letramento. Nesse momento, a palavra letramento ganha prescrição de termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Linguísticas. Desde então, a palavra é utilizada com mais frequência entre os especialistas, no discurso falado e escrito. Já em 1995, a palavra letramento foi evidenciada no título de um livro organizado por Ângela Kleiman, “*Os significados do letramento: uma nova perspectiva social da escrita*”. (SOARES, 2004, p.15).

Segundo Soares (2004), o termo Letramento é a versão para o Português da palavra de língua inglesa *literacy*, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Assim, ocorre o surgimento do termo letramento como uma forma de reconhecer as práticas discursivas mais amplas e diferenciá-las da apropriação do sistema de escrita.

Os estudos de Kleiman (1995) e Soares (1998) são os mais representativos neste período, mas certamente as proposições de Soares são as que mais influenciaram as pesquisas e propostas educacionais.

3 A BNCC SOBRE A PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), já estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assim como no Plano Nacional de Educação (2014), que visavam um documento que garantisse a padronização do ensino em todo o país, principalmente em termos de estrutura e organização educacional, bem como da própria formação dos professores atuantes em todos os níveis de ensino.

A BNCC- Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) assume de forma explícita que o processo de alfabetização consiste em conhecer a “mecânica da escrita/leitura –processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga codificar e decodificar os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras)” (BRASIL, 2017, p. 87).

No trecho intitulado “Processos de Alfabetização”, Zen (2018, p. 215) ressalta que “o termo *letramento* não é citado em nenhum momento, o que indica que a BNCC, assim como outros documentos curriculares, também enfatiza a ideia de que a alfabetização está relacionada apenas à aquisição da escrita, e o letramento, aos aspectos sociais e discursivos da língua”.

Utilizar dois termos para denominar o ingresso dos estudantes na cultura da escrita presume-se que “existam dois objetos de conhecimento, dois processos de aprendizagem e duas maneiras distintas de se ensinar”, Zen (2018, p. 215), em que pode acontecer que um sujeito alfabetizado não é letrado e um sujeito letrado não é alfabetizado, como se fossem dois objetos de conhecimentos autônomos, pois o sujeito pode passar por um sem necessariamente passar pelo outro. (ZEN, 2018)

O texto da BNCC, embora apoie as práticas de linguagem como um processo de interlocução que efetiva-se nas práticas sociais existentes numa sociedade, “descola a reflexão do sistema de escrita das práticas sociais de leitura e escrita, com o argumento de que é preciso reconhecer a escrita como um objeto de conhecimento e assegurar o seu ensino sistemático” (ZEN, 2018, p. 216).

Para um melhor esclarecimento temos um trecho da BNCC (2017, p. 91):

As diversas práticas letradas em que o aluno já se inseriu na sua vida social mais ampla, assim como na Educação Infantil, tais como cantar cantigas e recitar parlendas e quadrinhas, ouvir e recontar contos, seguir regras de jogos e receitas, jogar games, relatar experiências e experimentos, serão progressivamente intensificadas e complexificadas. (BRASIL, 2017, p. 91).

Defende-se, assim, que as crianças possam vivenciar, desde cedo, atividades que as levem a pensar sobre as características do nosso sistema de escrita, de forma reflexiva, lúdica, inseridas em atividades de leitura e escrita de diferentes textos, em situação escolar. (BRASIL, 2012).

Apesar de que, desde que nasce, e na Educação Infantil, a criança já participa de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize, pois a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Com isso, “é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura, é através desse processo que se torna alfabetizado, ou seja, consiga codificar e decodificar os sons da língua”. (BRASIL, 2017, p. 91).

No Brasil, o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização, mas foi associado a ela como uma forma de superação do déficit cultural dos alunos de classes sociais desfavorecidas. Isto quer dizer que a discussão sobre o conceito de letramento não se reduz aos aspectos epistemológicos da leitura e da escrita. Ela é uma discussão política.

Assim, a BNCC estabelece que as crianças devam ser alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental. Consequentemente, as ações pedagógicas têm que ser voltadas para assegurar que de fato as escolas alcancem este resultado. No texto da BNCC (BRASIL, 2017, p.61), destaca-se:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.

Por meio desta perspectiva em alcançar a alfabetização e o letramento das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental, que apresentam dificuldades para o processo ensino aprendizagem, pois os alunos não aprendem no mesmo ritmo e processos iguais, cada criança aprende de acordo com as suas possibilidades. Então é necessário um olhar mais atento sobre as mudanças relacionadas à alfabetização, para que não a torne uma etapa acelerada por interesses que não condizem com os contextos das escolas e com as possibilidades de aprendizagem das crianças.

4 A CONCEPÇÃO DE *LITERACIA* NO PROGRAMA CONTA PRA MIM

O Governo Federal instituiu o programa Conta Pra Mim apontando para a finalidade de orientar, estimular e promover práticas de “Literacia Familiar” em todo o território nacional. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização, que se propõe a incentivar a leitura para as crianças no ambiente familiar.

O que diferencia essa nova política das anteriores é a ausência da palavra “letramento”, adotado no Brasil desde a década de 1980, pelos estudos de Magda

Soares, Angela Kleiman, Mary Kato, entre outros. Em seu lugar, se utiliza o termo “literacia”, derivado do inglês *literacy* e utilizado em Portugal para, entre outros sentidos, referir-se às práticas sociais de leitura, escrita e oralidade.

Os estudos dessas pesquisadoras são desconsiderados nos textos que compõem o programa, excluindo décadas de pesquisas sobre alfabetização e letramento realizados pelas universidades brasileiras, por um retrocesso de visões ultrapassadas, sobre o modo como as crianças aprendem a ler e a escrever, como também revelando concepções restritas e bastante questionáveis sobre infância, educação e leitura. (BUNZEN, 2019)

Para um melhor esclarecimento temos um trecho do documento Programa Conta Pra Mim: guia de literacia familiar (BRASIL, 2019, p. 13): “não é preciso ter muito estudo, materiais caros nem morar em uma casa toda equipada e espaçosa para praticar a Literacia Familiar. As práticas de Literacia Familiar são acessíveis a todos! Bastam duas coisas: você e seu filho!”, neste trecho vemos como está sendo enfocada a concepção de literacia familiar.

No entanto, neste outro trecho o próprio documento se contradiz, “a criança absorverá as estruturas sintáticas do meio em que vive. Quanto mais sofisticado e gramaticalmente correto for o discurso dos pais, mais será o da criança” (BRASIL, 2019, p. 21), e os pais que não tiveram oportunidade de estudar, quais são as ações para atingir esse público?

Apesar disso, a palavra *letramento*, suas diferentes significações e valorizações, têm circulado e promovido discussões sobre o processo de alfabetização no contexto brasileiro. Para exemplificar, Bunzen (2019, p. 46), cita:

Sua presença em diversos documentos curriculares oficiais nacionais (PCN, 1997; PCN, 1998; PCNEM, 1999; OCNEM, 2006), em políticas públicas federais voltadas para a educação linguística e literária (PNLD, PNBE, por exemplo), em vários programas da TV Escola do Ministério da Educação, em vários cadernos ou materiais de formação para os professores alfabetizadores publicados ou financiados pelo Ministério da Educação (entre 2004 e 2015). (BUNZEN, 2019, p. 46)

De certa forma, é possível afirmar que tais políticas públicas adotavam um compromisso social de melhorar o processo de alfabetização nas escolas públicas, auxiliando os alfabetizadores a pensar sobre diversos usos pedagógicos e específicos do ensinar e aprender a ler e escrever na escola. Assim, existiam diversas práticas de letramento e interação dos sujeitos com a cultura escrita em contextos específicos

escolares e extraescolares que auxiliavam os alfabetizadores a ampliar práticas e promover eventos de letramento significativos. (BUNZEN, 2019).

Entendemos que é bastante desrespeitoso e arbitrário, no documento do programa Conta Pra Mim (BRASIL, 2019), a eliminação do conceito “letramento” e suas diversas implicações para o campo da alfabetização, pois na BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental a palavra é utilizada 48 vezes.

Por outro lado, no documento lançado em 2019 pelo governo a palavra “letramento” sequer é mencionada. De acordo com Bunzen (2019), existe um apagamento do conceito e de seus desdobramentos, diferenciando-se fortemente da BNCC, que mobiliza conceitos mais contemporâneos como “novos letramentos” ou “multiletramentos”. Com certeza, faz parte de uma tática discursiva de apagamento de um campo do conhecimento e de discussões sobre alfabetização no Brasil. “Pela grande influência que tais estudos tiveram nos últimos trinta anos e por ser um conceito guarda-chuva de várias políticas do próprio Ministério da Educação nos últimos vinte anos, desde a publicação dos PCNs até a BNCC” (BUNZEN, 2019, p. 47), faz-se necessário discorrer sobre o que levou ao apagamento de tais discursos e implicações pedagógicas.

Conforme Bunzen (2019), o Ministério da Educação, em sua configuração atual, apresenta uma política nacional que se distancia muito dos programas curriculares estaduais e municipais, dos cursos de Pedagogia, das discussões dos últimos vinte anos de formação continuada no campo da alfabetização.

No lugar do conceito “letramento”, o documento Conta Pra Mim (BRASIL, 2019) procura “inovar” com a importação europeia de outro termo comum em alguns documentos curriculares de outro país, no caso Portugal, que é “literacia”. Presumimos, nesse sentido, que esse termo será incluído no discurso oficial pedagógico, pois está sendo situado como se fosse uma “novidade” para se referir aos usos da escrita. (BUNZEN, 2019)

Portanto, temos uma eliminação das políticas públicas de alfabetização anteriores, tais como o Pró-Letramento ou PNAIC, empregando ainda com uma fala de “internacionalizar” a discussão. O documento Programa Conta Pra Mim prefere usar o termo “literacia” no lugar de “letramento”, “mas não explicita os conflitos, as

incoerências e reduções que transcorrem em tal processo de apropriação curricular” (BUNZEN, 2019, p. 47).

Uma vez que a palavra “literacia” é mencionada 103 vezes no documento, deve haver estudos mais aprofundados, para entendemos o porquê de esses ataques explícitos a pesquisadores brasileiros do campo de estudos sobre o letramento como Angela Kleiman, Magda Soares, entre outros.

Além disso, o documento desconsidera discussões brasileiras no campo dos estudos sobre letramentos emergentes e familiares, pois respalda-se em relatórios internacionais, apenas traduzidos para o nosso idioma. “A equipe que elaborou o documento traduziu a palavra ‘*literacy*’ como “literacia” em todo documento, sem fazer diferenciação ou adaptações para o contexto nacional” (BUNZEN, 2019, p. 48). Infelizmente, revela-se um posicionamento político autoritário usado para reduzir e minimizar a importância das discussões sobre o letramento.

4.1 O que é literacia: onde surgiu?

Literacia é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, assim como sua prática produtiva. Que envolve diferentes níveis, desde o mais básico, como o da Literacia Emergente, até o mais avançado, que é quando a pessoa já é capaz de ler e escrever, e faz uso produtivo, eficiente e frequente dessas capacidades, usando-as na aquisição, na transmissão e na produção do conhecimento. (MORAIS, 2014)

O conceito de literacia vem se expandindo desde os anos 1980 nas Políticas Públicas que se revestem de especial importância como fator para o exercício pleno da cidadania. O termo é usado habitualmente em Portugal e em outros países lusófonos, nos quais é equivalente a *literacy* do inglês e a *littératie* do francês. (BRASIL, 2019)

4.2 Os níveis de literacia

A habilidade de leitura e de escrita não se adquire por bloco e nem de uma só vez, porém, depende de habilidades adquiridas antes da alfabetização e desenvolvidas e consolidadas depois dela, admitindo assim a obtenção de níveis mais evoluídos de literacia. (BRASIL, 2019)

A pirâmide abaixo ilustra os diferentes níveis de literacia, a qual foi retirada do documento Política Nacional de Alfabetização - PNA (BRASIL, 2019, p.21).



Na base da pirâmide temos da Pré-Escola ao fim do 1º ano do Ensino Fundamental, ou seja, a Literacia Básica, que é a aquisição das habilidades fundamentais para a alfabetização, conhecida como Literacia Emergente – o conhecimento de vocabulário e a consciência fonológica, bem como as habilidades adquiridas durante a alfabetização, isto é, a aquisição das habilidades de leitura/decodificação e de escrita/codificação. (BRASIL, 2019)

No meio da pirâmide temos o segundo nível, a Literacia Intermediária, do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que envolve as habilidades mais avançadas, como a fluência em leitura oral, que é necessária para a compreensão de textos. (BRASIL, 2019).

No topo da pirâmide, do 6º ano ao Ensino Médio, está o nível de Literacia Disciplinar, que se encontram as habilidades de leitura aplicáveis a conteúdos específicos de disciplinas como História, Biologia, Química. (BRASIL, 2019)

Pela pirâmide podemos localizar a exclusão das noções e das concepções de leitura e escrita como práticas sociais, de texto/gênero como ação social e de letramento como processos ligados a práticas sociais com a leitura e a escrita. Encontramos aqui uma abordagem centrada na perspectiva tradicional de leitura e escrita como decodificação e codificação de mensagens, de linguagem como instrumento de comunicação.

São várias e heterogêneas as práticas sociais que envolvem a escrita em diferentes contextos, na família, no trabalho, na igreja nas mídias impressas ou digitais, em grupos sociais com diferentes valores e comportamentos de interação. Não podemos excluí-las, pois, para a “criança aprender a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita” (SOARES, 2020, p. 27).

5 LITERACIA *VERSUS* LETRAMENTO

Antes de se iniciar no processo formal de alfabetização, a criança tanto pode como deve aprender certas habilidades que serão importantes na aprendizagem da leitura e da escrita, que terão um papel determinante em sua trajetória. “A isso se costuma chamar Literacia Emergente, que constitui o conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes relacionadas à leitura e à escrita, desenvolvidas antes da alfabetização”. (BRASIL, 2019, p. 22)

Ao longo da primeira infância, seja na pré-escola ou no âmbito familiar, a literacia já começa a despontar na vida da criança, ainda em um nível rudimentar, mas fundamental para a alfabetização (BRASIL, 2019), fazendo com que a criança seja introduzida em diferentes práticas de linguagem oral e escrita: ouve histórias lidas e contadas, canta quadrinhas, recita poemas e parlendas, familiariza-se com materiais impressos (livros, revistas e jornais). Com isso, pode reconhecer algumas das letras, seus nomes e sons, até mesmo tentar representá-los por escrito.

O bom resultado com relação à aprendizagem das crianças com a leitura e a escrita está fortemente vinculado ao ambiente familiar às práticas e experiências relacionadas à linguagem, à leitura e à escrita que elas vivenciam em seu ambiente familiar, mesmo antes do ingresso no Ensino Formal. Esse conjunto de práticas e experiências recebe o nome de Literacia Familiar. (BRASIL, 2019)

Temos também outras práticas de Literacia Familiar que estão incorporadas ao cotidiano da família, como à conversa com a criança, o manuseio do lápis para as primeiras escritas, o contato com livros ilustrados, as brincadeiras, os jogos com letras e palavras. As práticas de Literacia Familiar são mais importantes para as crianças de até seis anos, porém podem e devem ir além. (BRASIL, 2019)

O MEC implementou esse programa de Literacia Familiar, como uma medida de prevenção para o insucesso escolar das crianças. Conforme afirma o Ministério, esse programa objetiva encorajar pais ou cuidadores a desempenharem um papel mais ativo no desenvolvimento da literacia das crianças em idade pré-escolar. Os principais beneficiários são as famílias de nível socioeconômico mais baixo, cujas crianças se encontram em desvantagem com relação às demais, até mesmo os pais ou cuidadores não alfabetizados podem realizar práticas simples e eficazes de Literacia Familiar quando bem orientados. (BRASIL, 2019)

A escola tem como objetivo fazer com que o aluno possa participar das várias práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita na sua vida social. Partindo do ponto de vista de Soares (2010, p.58), “o nível de letramento está fundamentalmente ligado com as condições sociais, culturais e econômicas da população”.

Assim, temos uma contradição em relação ao documento Conta Pra Mim, e os estudos de letramento feitos por Magda Soares, como também em relação há inclusão do sujeito surdo, pois o programa tem como objetivo as crianças com mais dificuldades de aprendizagem e em situação econômica desfavorecida, então o conceito de literacia familiar não parece dar conta das diferentes práticas de letramento que ocorrem nos lares, nas comunidades, provavelmente, teríamos que repensar o conceito de “família” e inserir questões mais amplas como as desigualdades sociais, a inclusão, para compreender os usos das escritas em determinados contextos brasileiros.

O letramento é uma prática que está inserida nas ações cotidianas da sociedade. Por isso, nas propostas pedagógicas tem que haver a alfabetização junto com o letramento, pois o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita na escola não pode ser visto como um mundo à parte, sem a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual está inserido. (SOARES, 2020)

É importante destacar que o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com as práticas sociais que fazem uso da leitura e da escrita, provando que não existe um nível zero de letramento, no qual damos o nome de “letramento emergente”, pois o conhecimento da leitura e escrita acontece no período entre o nascimento e a fase que a criança torna-se capaz de escrever e ler de maneira convencional.

Alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro são de natureza essencialmente diferente. No entanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a Pedagogia por elas sugerida evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização, é a aquisição da tecnologia da escrita, não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança se apropria do sistema alfabético de escrita contemporaneamente ao convívio com os usos desse sistema, com a leitura e a escrita. (SOARES, 2020).

A seguir apresentaremos um quadro comparativo de Literacia e Letramento (pontos de vista diferentes para o mesmo objeto?)

LITERACIA – Escolha política	LETRAMENTO – Concepção teórica
É a habilidade de ler e de escrever, aparentemente, ela está fortemente associada à escolaridade e, mais geralmente, à educação cognitiva, no entanto, pensamos que é possível encontrar populações nas quais a literacia e a escolaridade estão dissociadas. (MORAES, 2014)	É um conceito complexo e diversificado. Tem sido conceituado ora como o conjunto de capacidades para usar a língua escrita nas diferentes práticas sociais, ora para designar o próprio conjunto das práticas sociais que envolvem o texto escrito. (SOARES, 2020)

Assim, o programa Conta Pra Mim assume o conceito de “literacia” em sua versão mais restrita, jogando fora discussão brasileira e até mesmo internacional sobre as práticas sociais de uso da escrita. (BUNZEN, 2019)

Com o termo “literacia”, pouco empregado no Brasil, com explicações rápidas e incompletas, temos um retrocesso, apesar de o documento ser apresentado como algo “novo” e “reconhecido” internacionalmente, mas, acreditamos que acaba assumindo um discurso colonial e eurocêntrico para discutir infância e família. (BUNZEN, 2019)

6 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO: NO PROGRAMA CONTA PRA MIM

A inclusão tem sido um dos temas mais discutidos na área educacional na atualidade, e um dos eixos de discussão são os respaldos legais para a educação dos surdos nos processos formais de ensino. A legislação brasileira nem sempre considerou o surdo como sujeito de direitos e deveres, ou seja, as legislações foram ao longo dos anos sofrendo alterações, como o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que considerou a Língua Brasileira de Sinais – Libras – como um meio de comunicação e expressão. A criança surda tem o direito de ser matriculada numa turma de escola regular, junto com crianças de sua idade e com garantia de meios e recursos que garantam a sua aprendizagem.

O governo federal lançou em setembro de 2020, a Nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), de acordo com o documento um dos objetivos é dar mais flexibilidades aos sistemas de ensino, na oferta de alternativas como classes e escolas comuns inclusivas, educação bilíngue de surdos que visa atender aos alunos surdos, com o propósito de garantir uma educação equitativa, inclusiva e com aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 2020)

Então, pensemos no aluno surdo e no programa Conta Pra Mim com a discussão de Literacia Familiar “que é o conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, à leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores” (BRASIL, 2019, p. 09).

O documento enfoca sobre a contação de história em família, mas e o surdo como fica em relação às histórias que são abordadas no Programa Conta Pra Mim? Os materiais são traduzidos todos em libras? São essas as representações dos surdos e da surdez que estão presentes nos materiais disponibilizados?

Há a necessidade de adotar o letramento como objeto de estudo e de ensino da Língua Portuguesa aos alunos surdos, pois a escola tem como objetivo ensinar ao aluno a interagir em diferentes situações sociais, nos mais variados contextos.

Notamos que o documento enfoca mais sobre a leitura oral em voz alta, para a criança ouvinte, deixando esquecida a criança surda, pois as discussões que são mais abordadas são a “interação entre pais e filhos que podem vir a se tornar parte das

atividades diárias da família, fazendo do aprendizado da literacia um evento familiar alegre e contribuindo para garantir o sucesso das crianças na escola e na vida” (BRASIL, 2019, p. 10).

Para a criança surda é necessário a aquisição da língua de sinais-Libras, pois ela precisa ter contato com os usuários desta língua para se apropriar e evoluir nessa apropriação, diante desse fato surge o problema, se a família do surdo, e a escola não têm conhecimento da libras, como fica para o aluno surdo. Que no material disponibilizado tem apenas a tradução em libras, porém sem o conhecimento, não há inclusão, tornando assim difícil o acesso ao surdo.

Sabemos que por mais que os surdos tenham como língua materna a libras, eles estão inseridos em um mundo totalmente “ouvinte”, em que o acesso às informações e ao letramento, de modo geral, se dá exclusivamente pelo uso da Língua Portuguesa.

Houve um pensamento voltado ao surdo no material do documento, por exemplo: os gêneros textuais (as histórias infantis) com a sua tradução em libras, havendo com isso a ampliação das possibilidades de uso da linguagem, proporcionando ao surdo uma independência linguística, porém sem adaptação para surdo fica como inexistente.

Faz-se necessário, portanto, mais alternativas que corroborem as práticas dos professores e que ultrapassem as propostas documentadas oficialmente. Incluir alunos surdos em sala de ouvintes não é impor línguas e culturas, e sim inclusão e celebração das diferenças, cidadania com qualidade de vida.

O uso dos gêneros textuais apenas na escola, não é uma estratégia eficaz e adequada para a internalização dos gêneros e desenvolvimento das habilidades de letramento. É necessário que se conheça quais são os gêneros textuais possíveis de ser utilizados em casa ou em outros ambientes nos quais o aprendiz passa parte do seu tempo.

O Programa Conta Pra Mim, está correto com relação a trazer para dentro de casa essas matérias, o problema é que não foi pensado para as famílias desfavorecidas financeiramente, como também para as que não têm conhecimento de libras.

O uso dos gêneros textuais já é uma realidade para a educação dos surdos, porém, o documento Conta Pra Mim não soube fazer um uso adequado desses materiais, apesar de tentar diversificar os gêneros textuais, o que se percebe é que o material disponibilizado não relaciona esses textos com uma prática que desencadeia uma ação social, não se preocupa em trabalhar com o conhecimento prévio.

No contexto da surdez, os gêneros textuais são de grande importância, pois conhecendo e se apropriando da existência de diferentes contextos, os aprendizes da escrita podem desempenhá-la de forma mais adequada.

O letramento é um importante aspecto a ser desenvolvido no contexto da surdez, a fim de ser cada vez mais explorado. Contudo, não se pensa na aquisição da escrita como sendo parte apenas de um processo de alfabetização, mas um processo que o ensino do letramento deve apoiar-se no estudo dos gêneros textuais.

O que se espera do programa Conta Pra Mim é que seja capaz de respeitar e acolher a todos. E a comunidade surda, espera por um documento que tenha espaço para ela. Compreende-se que as crianças surdas passam pelos mesmos processos das crianças ouvintes, pois, para ser alfabetizada na Língua Portuguesa o surdo deve conhecer o processo de compreensão e apropriação do sistema de escrita alfabética. No caso saber a Libras como sua primeira língua e o Português como sua segunda língua.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apagamento da palavra letramento dentro do documento Conta pra mim: guia de literacia familiar não é “natural”. O que observamos com essa política de alfabetização é que o governo sugere que não temos no Brasil uma terminologia científica adequada para lidar com as questões de uso da leitura e da escrita como prática social.

Não podemos concordar que não existe uma terminologia no Brasil adequada, como também, nem podemos acreditar que o melhor para uma política de alfabetização seria nos alinharmos com uma tradução do português europeu, desconsiderando toda uma tradição de estudos de letramento existente no Brasil.

Como Bunzen (2019) afirma, o conceito de letramento foi apropriado pelo discurso pedagógico oficial nos últimos 20 anos, e passou a ser um dos pilares das pedagogias humanas ao modo como os textos funcionam na sociedade e ao modo como as pessoas usam os textos, enfim, estamos lidando com questões de poder, discursos e identidades. Por isso, no Brasil, o conceito de letramento está fortemente vinculado a aspectos socioculturais e discursivos, apagados propositalmente no documento do Programa Conta Pra Mim.

Na realidade, o documento foi pensado para as famílias mais favorecidas financeiramente, deixando de lado um conjunto de discussões importantes para pensar o que implica alfabetizar nas escolas brasileiras. Podemos observar na fala do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, o despreparo da atual equipe técnica da Educação apresentando o documento, a importância da literacia familiar na aprendizagem das crianças: “O programa é revolucionário, pela primeira vez existe uma iniciativa de valorização da leitura em família” (disponibilizado no portal da internet <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/12/mec-lanca-programa-para-incentivar-nas-criancas-o-habito-da-leitura>).

Com a investigação do documento, percebemos que a inclusão acontece apenas na tradução dos materiais em libras disponível na internet para serem baixados ou acessados. Ainda, notamos que o apagamento do termo *letramento* foi proposital pelo governo, na política de alfabetização e no documento Conta Pra Mim, como também não foi pensada de fato uma inclusão para a comunidade surda.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da Criação Verbal. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06/12/2020.

BRASIL. **PORTARIA Nº 421, DE 23 DE ABRIL DE 2020. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 06/12/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação** – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acessado em 07/01/2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base.** Brasília, MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Conta pra Mim: Guia de Literacia Familiar.** - Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/conta-para-mim-literacia.pdf>. Acesso em: 06/12/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização.** Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 06/12/2020.

BRASIL. **Secretária de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.** Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1 /Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional-Brasília: MEC, SEB, 2012.

BUNZEN, Clecio. Um breve decálogo sobre o conceito de literacia na política nacional de alfabetização (PNA, 2019). In: **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, p. 44-51, 2019.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

MORAIS, José. **Alfabetizar para a democracia.** Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ZEN, Giovana Cristina. **Reflexões sobre a concepção de alfabetização proposta pela BNCC.** Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos vol. 6, 2018.